

A questão do emprego juvenil : singularidades européias

Maria Drosille Vasconcellos

Resumo:

A inserção profissional dos jovens, na Europa, aparece, depois de vinte anos, como um dos problemas sociais centrais ao debate político. Os vários países estão forjando medidas com vistas a facilitar o acesso ao emprego no mercado de trabalho para os jovens egressos do sistema educacional. Na maior parte das pesquisas que se voltam a este tema, a ênfase é colocada na comparação das características da formação escolhida (em termos de nível, diploma ou especialidade) com vistas a explicar a transição profissional. No entanto, não há a necessária atenção quanto aos diferentes tipos de organização, para os jovens, do mercado de trabalho. As segmentações do mercado de trabalho se acentuam segundo os setores de atividades, uma vez que essas apresentam configurações particulares com relação ao emprego de jovens, à valorização de diplomas escolares, de certificados profissionais ou de aquisição de competências.

Palavras chaves:

inserção profissional, relações de formação e emprego, comparações européias.

Maria Drosille Vasconcellos
Professora do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Lille 3. França. Doutora em Sociologia da Educação

Nos últimos vinte anos, a questão da inserção profissional dos jovens tornou-se, na França, um dos temas predominantes dos debates públicos. Na maior parte dos casos, as interpretações dadas tendem a ver na educação as razões da taxa elevada de desemprego dos jovens. O nível escolar pouco elevado ou o aumento contínuo do número dos estudantes que se apresentam no mercado do trabalho tendo realizado estudos de tipo geral seriam os responsáveis pelas dificuldades de emprego dessa categoria social. Tal visão está baseada na idéia de que o nível do diploma ou o tipo de estudos efetuados servem para caracterizar o nível de qualificação, segundo as exigências do mercado de empregos. Esta representação ideal de uma adequação entre estudos e trabalho leva à difusão de um discurso segundo o qual a causa maior do desemprego é a insuficiência de formações ou sua inadaptação às novas configurações das atividades produtivas. Outros ainda privilegiam a idéia de uma complexidade das relações entre a educação e o mercado de trabalho, principalmente pela desvalorização constante dos diplomas escolares ou profissionais no mercado de empregos.

Com relação a este último aspecto, observa-se que na Europa e na França, em particular, o aumento contínuo do nível geral da escolaridade das novas gerações que entram no mercado de trabalho acabou por conduzir à desvalorização dos diplomas, pois o nível de exigência se acentua pela oferta cada vez maior de jovens que atingem um nível escolar ou universitário mais elevado.

Aos jovens que atingiram somente o nível da escolaridade obrigatória (16 anos) são impostos empregos desqualificados ou, na maioria dos casos, não conseguem mesmo ter acesso ao mercado de trabalho.

Na França, as sucessivas crises econômicas e de transformação tecnológica e social do sistema produtivo, tiveram como conseqüência não apenas a redução do número de empregos mas também a redução de vida ativa das principais categorias profissionais. Neste contexto de dificuldades de emprego os jovens são os mais atingidos, pois, na faixa etária de 16 a 25 anos, 20 % estão desempregados, fazendo com que a juventude francesa, dentre os países europeus, seja a mais atingida por esse fenômeno. Neste caso, cabe perguntar as razões de tais dificuldades no acesso ao trabalho. Para melhor observar as condições de inserção profissional, uma comparação entre diversos países da Europa permite melhor compreender as modalidades particulares que alguns apresentam na questão da passagem da escola ao trabalho.

O enfoque, digamos, « adequador », que é o dominante neste campo, tende à assimilar a qualificação dos assalariados aos empregos : apóia-se nas classificações sócio-profissionais para definir tanto a oferta do emprego como a demanda por mão-de-obra. (Sneeessens, 1994). Neste caso, a interpretação da inadequação entre oferta e demanda é transferida às características do assalariado, sem levar em conta as características da organização social do mercado de trabalho ou das transformações sociais e técnicas nas empresas ou em outras instituições empregadoras.

Entretanto a persistência, na França, da desvalorização dos diplomas escolares impondo aos jovens empregos pouco qualificados põe em causa a idéia da falta de qualificação dos jovens ao entrar no mercado de trabalho. É preciso salientar que a desclassificação profissional à qual é submetida a maioria dos jovens é fruto da elaboração da classificação profissional, nos anos 80, na qual o nível de escolaridade passou a ter um papel predominante, levando assim a identificar o nível de qualificação com o nível escolar, segundo o nível de diploma ou dos certificados escolares obtidos. Vários autores, Nicole, (1995) ; Rose, (1999) ; Vasconcellos, (1994) mostraram, entretanto que o uso social dos diplomas depende ao mesmo tempo das qualidades sociais, escolares, étnicas e culturais dos jovens e também das políticas de empregos públicas ou privadas. A transformação de diversas profissões conduz a exigir novas competências para as quais o nível de escolaridade é um dos principais critérios de avaliação.

Em todo caso, este enfoque “adequador” tende a ocultar, de uma parte, as transformações importantes no campo do ensino e, de outra parte, as clivagens que se instalam no mercado de trabalho, inseparáveis das dificuldades dos jovens que começam a trabalhar e da precariedade dos empregos que são cada vez mais destinados à juventude.

É preciso ressaltar que o desenvolvimento da escolaridade na França se efetuou através de uma diversificação de áreas de estudos – geral, técnico e profissional – tendo um valor social e profissional desigual. Somente os estudos de tipo « geral » conduzem ao ensino universitário. O ensino técnico permite somente uma formação superior técnica profissional e o ensino profissional é destinado aos jovens que entram no mercado de trabalho desde os 16 anos. Esses últimos, em princípio, não podem efetuar estudos de nível superior. Tais diferenciações institucionais feitas desde o ensino médio conduzem de fato a impor a certas categorias de jovens a entrada precoce no mercado de trabalho. O ensino su-

perior por sua vez, por meio das várias disciplinas acadêmicas que propõe, exerce também uma seleção pois, dependendo de suas origens sociais, o jovem « escolhe » os estudos considerados prestigiosos (medicina, por exemplo) ou de carreira mais ou menos longa (entre graduação e pós-graduação). Vale ainda lembrar que o sistema francês de ensino superior apresenta uma dicotomia evidente entre as universidades e as « grandes escolas » (na maioria de engenheiros ou de executivos) que fazem uma seleção severa de recrutamento, exigindo uma escolaridade anterior exemplar. Os estudos nestes dois casos não conduzem ao mesmo tipo de carreira ou de futuro social dos diplomados.

De fato, uma competição se instala entre os diplomados levando à acentuação das formas de discriminação segundo a rentabilidade dos diplomas.

A valorização dos diplomas fica assim ligada cada vez mais as características do jovem : idade, sexo, origem social e escolar, geográficas e étnicas.

Desse modo, as desigualdades de valorização dos diplomas intervêm de forma acentuada no mercado de trabalho, fonte de segmentações, favorecendo a constituição de mercados de trabalho de tipo « aberto » ou « fechado » segundo as características do público jovem. Assim certas profissões recrutam somente jovens que tenham um nível escolar médio completo (18 anos) ou superior ou certas funções ou postos de trabalho são reservados aos diplomados enquanto que setores de atividades menos atrativos (construção civil, transporte, por exemplo) oferecem empregos àqueles que tem nível escolar pouco elevado. A própria constituição dessas segmentações está ligada à organização social do mercado de trabalho, onde convivem diversos setores de atividade cada qual marcado por uma especificidade de funcionamento (entre o setor químico ou o da construção civil, por exemplo). No que se refere ainda aos empregos, registre-se aqui a importância da complementariedade entre as políticas públicas conduzidas pelo estado com aquelas desenvolvidas pelas empresas.

Desde os anos 70 desenvolveu-se na França um importante dispositivo, criado pelas políticas públicas em favor dos jovens em dificuldades de inserção profissional. Esses dispositivos conduziram ao desenvolvimento de empregos que recebem formas específicas de ajuda (isenção de impostos sociais, por exemplo) acompanhados de formações profissionais. Desse modo, o jovem recém saído do sistema escolar ou com

pouca experiência profissional efetua um trabalho numa empresa e uma formação de tipo técnica profissional adaptada à certos tipos de postos de trabalho ou funções. Ele dispõe de um dispositivo de informação, de orientação e os organismos de formação devem segui-lo na experiência na empresa e nos resultados na formação prática. Segundo o nível escolar do jovem, ele se beneficia de uma formação de tipo geral (ler, escrever, cultura geral, matemática, etc) assim como de tipo social (saber se posicionar numa instituição de trabalho, estabelecer relações sociais entre os colegas ou com a hierarquia, etc). O programa atual « novos serviços, novos empregos », criado em 1997, aparece entretanto diferente dos anteriores : ele propõe um contrato de cinco anos e é destinado aos jovens tendo uma escolaridade média completa (até 18 anos) mas sem ultrapassar o nível superior de graduação. O público visado são os jovens que estão entre 18 e 26 anos, que embora tendo um nível escolar importante (superior) encontram dificuldades em conseguir trabalho. Esse programa se distingue igualmente pela finalidade de criar novos tipos de atividades nos setores sociais, escolares ou de saúde. Não somente os jovens podem ter uma experiência profissional por tempo importante (cinco anos) mas eles devem « criar » cargos ou funções em tipo de atividades inéditas (por exemplo, monitores de informática nas escolas, acompanhar a escolaridade dos alunos em dificuldades escolares não somente nos deveres escolares mas na organização social dos alunos). Nos diversos campos de atividade o objetivo é de « profissionalizar » o jovem numa atividade de serviço nova para a qual existe uma demanda social latente.

Esse tipo de intervenção pública aparece como inovadora em relação a outras experiências desenvolvidas em países europeus.

Mas é difícil de se tentar comparar de um país com outro. A primeira grande dificuldade está ligada ao significado da noção de « jovem » pois essa categorização varia, segundo os países, entre 14 à 32 anos. Vários autores mostraram o caráter arbitrário dessa categoria, que está submetida à diversos parâmetros ligados não somente às origens sociais ou culturais, à estrutura do sistema de ensino mas também às formas de organização do mercado de trabalho exigindo ou valorizando a experiência profissional do jovem. Assim entre a França, a Itália ou a Inglaterra, o lugar que o jovem pode ocupar no mercado de trabalho diferencia-se de acordo com tipo de emprego e com as res-

ponsabilidade a ele atribuídas, evidenciando desse modo, as especificidades destes países. Assim a forma pela qual o jovem adquire a qualificação ou competências profissionais variam segundo as configurações contrastadas dos mercados de trabalho de cada país europeu.

É também difícil todo tipo de comparação internacional pois neste caso, a utilização de instrumentos conceituais são divergentes de um país a outro. A noção de inserção profissional amplamente utilizada na França, é pouco comum em outros países que preferem utilizar « transição profissional » para caracterizar tal processo. A escolarização obrigatória varia : até 14 anos para a Itália, até 15 ou 16 anos na Alemanha e na França ou 18 anos nos países escandinavos.

O caráter arbitrário da categorização de « jovem » segundo Jobert (1995), torna difícil a comparação entre países europeus, pois além das variáveis já citadas existem as do tipo de relações familiares ou culturais que implicam no uso diferenciado dos dados demográficos, da taxa de desemprego ou de escolarização.

As políticas públicas que intervêm no funcionamento do mercado do trabalho se diferenciam igualmente – face à crise econômica e ao desemprego, certos países desenvolvem uma política em vista de fazer entrar os jovens no mercado do trabalho desde o fim da escolaridade obrigatória enquanto que outros preferem prolongar o tempo de estudos estimulando o ingresso no ensino superior.

No caso da Inglaterra ou da Itália o ensino superior durante o período de crise aguda de desemprego acentuou suas formas de seleção impedindo assim sua expansão, contrariamente ao caso da França, cujo aumento dos efetivos foi de quase 5 % ao ano durante 1989 e 1995.

A Alemanha apresenta um modelo de escolaridade que combina formação geral e profissional. Esse sistema de ensino baseado na aprendizagem induz a nova forma de passagem da escola ao trabalho. Tal modelo favorece o desenvolvimento da escolaridade média e o acesso ao trabalho para a maioria dos jovens embora eles possam retornar aos estudos de nível superior nas diversas etapas de vida profissional. Torna-se difícil nesse caso estabelecer uma comparação entre esses países

Entretanto a questão perdura sobre as dificuldades de inserção profissional dos jovens recém saídos do sistema de ensino. Cabe então analisar como certos países tratam deste problema e as razões que os singularizam nessa experiência.

As modalidades de acesso ao primeiro emprego

As dificuldades da passagem do sistema de ensino ao do trabalho aparecem na maioria dos países europeus nos anos 70 devido às crises econômicas, às transformações dos sistemas industriais, aos novos padrões de consumo, à introdução de novas tecnologias (automatização, informatização). Simultaneamente, desenvolve-se um campo de pesquisa destinado a analisar a questão do emprego dos jovens. Nesse novo tema investem pesquisadores de especialidades variadas: economistas, demógrafos, sociólogos, psicólogos ou especialistas em educação; todos tomam por base a complexa noção de inserção profissional. Esta noção, utilizada amplamente na França, usufrui de um consenso: é considerada como um processo dinâmico que leva em consideração a história social e escolar dos indivíduos e a diversidade de fatores que influem no acesso aos empregos pelos jovens.

As pesquisas longitudinais realizadas em diversos países favoreceram o conhecimento das trajetórias de um conjunto de indivíduos que realizaram o mesmo tipo de escolarização durante um período relativamente curto, e a situação social e profissional de cada um dos que obtiveram o mesmo tipo de diploma. Tal modalidade de pesquisa, conforme Espinasse, Giret, (1997) levou principalmente ao melhor conhecimento da importância dos sistemas de ensino nos diversos países europeus assim como a organização, tempo de escolarização obrigatória, possibilidades de continuidade de estudos, etc.

Assimilar a inserção profissional conjugada a estabilidade profissional aparece como uma diferença importante. Os trabalhos anglo-saxões ou alemães, nesse campo, privilegiam a noção de transição profissional que significa um espaço no qual um conjunto de mecanismos, mais ou menos institucionalizados, contribuem para combinar período de trabalho, formas diferenciadas de trabalho precário, período de formação profissional e de desemprego (com ou sem auxílio específico).

Os mecanismos que intervêm nesse processo, segundo Rose, (1984), resultam tanto das políticas desenvolvidas pelo Estado em seus diversos escalões, pelas empresas (públicas ou privadas) mas também pelas famílias ou pelos próprios jovens.

Vista sob esse ângulo, a transição profissional é objeto de várias pesquisas européias permitindo melhor compreender as diferenças e as semelhanças que caracterizam os diversos países europeus .

É preciso salientar que a maioria dos trabalhos nesse campo tendem a tratar a questão do emprego dos jovens somente do ponto de vista da oferta de empregos. A questão é então de analisar as probabilidades ou as dificuldades de acesso aos empregos para os quais as condições de acesso, os critérios de seleção, o nível de exigências ou de salários são somente vistos do ponto de vista do empregador. Assim colocada, esta questão acaba traduzindo a demanda contínua de ajustamento entre o fluxo dos efetivos que saem do sistema de ensino e o volume de empregos disponíveis. Na realidade, esta análise oculta a importância da elevação do nível geral de escolaridade das novas gerações que entram no mercado de trabalho europeu e as incidências que provocam na nova configuração dos empregos. Na realidade, depois de duas décadas, as transformações da composição da população ativa são múltiplas: o declínio das categorias operárias e agrícolas e a elevação das categorias intermediárias e sobretudo de « serviços » em vários setores de atividades - particularmente as categorias de chefia - médias ou superiores - provocando, de acordo com Béduwe, Espinasse, (1997), um aumento nas exigências de diplomas. Esse movimento se distingue também pela extensão das novas formas de trabalho - em tempo parcial ou precário - que atingem também os jovens diplomados. Mas a presença de jovens tendo um nível de estudos superior teve sem dúvidas consequências no tipo de funcionamento do mercado de trabalho: certos postos de trabalho ou funções são atualmente acessíveis somente aos diplomados, contrariamente ao período anterior no qual os autodidatas poderiam ocupá-los. A complexidade das atividades tanto técnicas como sociais se acompanha assim de uma oferta sem precedentes do número de jovens tendo um nível superior de estudos. Isto implica não somente na elevação do nível de exigências em termos de capacidades técnicas mas também de qualidades sociais que os diplomas de nível superior podem certificar. Desse modo, uma seletividade social se opera no mercado do trabalho fazendo, segundo Vasconcellos, (1994), que as famílias busquem oferecer um nível cada vez mais elevado e diferenciado de diplomas

As interações constatadas entre o sistema de ensino e de emprego revelam-se assim cada vez mais complexas, tornando-se difíceis de explicar os diversos modos de profissionalização dos jovens, isto é, as formas de acesso ao trabalho e de valorização dos títulos escolares ou superiores.

Os trabalhos de comparação entre países europeus tal como o realizado pelo LEST (Laboratório de Economia e de Sociologia do Trabalho), em 1983, entre a Alemanha e a França, forneceram elementos importantes para reflexão sobre as relações entre as políticas industriais e as políticas educativas segundo as estruturas sócio-profissionais, as formas de organização da socialização escolar e do trabalho de cada um dos países.

Assim o sistema escolar baseado na dualidade entre a escola e a empresa, na Alemanha, poderá ser compreendido se levarmos em conta a longa tradição da aprendizagem como forma dominante de formação da juventude alemã, da sua valorização social pelas famílias e pelos empregadores. Compreende-se também, desse modo, porque as possibilidades dos jovens de prosseguirem seus estudos superiores, cursando as formações de tipo geral, sejam relegadas ao segundo plano pelas famílias e pelos jovens, privilegiando-se assim a formação do tipo dualista.

Outros trabalhos Garonna e Ryan, (1989) ; Barbier e Gautier, (1998) mostraram a importância da forte segmentação do mercado de trabalho e as diferenças do tipo de comportamentos dos empregadores em função das origens étnicas, sociais, escolares dos jovens debutantes assim como as estratégias que resultam tanto da parte dos empregadores como dos jovens. Tornam-se assim cada vez mais importante as condições de auxílio ao desemprego que os jovens podem ou não usufruir, assim como as possibilidades que eles tem para realizar uma formação específica profissional. Estes elementos são relevantes nas políticas de emprego dos diversos países : ajudas de custo, por meio da isenção de impostos sociais, para as empresas que empregam jovens, ou extensão do trabalho precário ou à tempo parcial (de 5 a 30 horas por semana), como no caso da Inglaterra. Destaca-se ainda o desenvolvimento de políticas de estimulação à entrada precoce no mercado de trabalho para a maioria dos jovens que podem prosseguir seus estudos combinando período de trabalho e de formação de nível médio ou superior.

Assim, segundo as políticas educativas e de emprego que cada país desenvolve, nota-se as diferenças na organização do sistema de ensino, do mercado de trabalho e das relações profissionais, com implicações na questão da inserção profissional dos jovens. Constroem-se, desse modo, em cada país uma diversidade de situações onde as discriminações da população jovem são mais ou menos importante com relação ao conjunto dos ativos.

Condições de acesso dos jovens no mercado de trabalho dos países europeus

As condições de passagem entre a escola e o trabalho nos diversos países europeus apresentam diferenças importantes : em alguns casos, o jovem tem acesso aos empregos como a maioria dos adultos enquanto que em outros os recém-formados constituem um grupo específico tendo condições próprias de empregos e nas formas de acedê-los.

As comparações tornam-se assim difíceis de serem realizadas, mas pode-se, entretanto distinguir quatro tipos de modalidades nos quais os diversos países europeus podem ser classificados, segundo o lugar reservado aos jovens diplomados nos diversos níveis de ensino, das disciplinas, assim como da importância atribuída à experiência profissional durante os estudos e da organização social do mercado de empregos de cada país.

a) O primeiro grupo é constituído dos países que desenvolvem um sistema de ensino dualista (ensino e empresa). A qualificação profissional é considerada como adquirida durante o período de estudos pela modo de organização escolar. Neste caso a experiência profissional não tem a importância que ela apresenta nos demais casos nas condições de acesso aos empregos. Assim a situação do desemprego, da mobilidade profissional ou das formas de emprego não se diferenciam entre as dos jovens e o restante da população ativa.

O nível de salários varia segundo o nível de diploma mas ele pouco se diferencia dos assalariados com maior experiência. Neste grupo pode-se incluir a Alemanha, a Áustria e a Dinamarca nos quais o ensino médio é baseado na alternância (formação na escola e formação na empresa), destinado à maioria dos alunos e preparando para as mais diversas profissões. Os títulos ou certificados escolares são valorizados pelas empresas e os representantes dos organismos patronais e dos assalariados participam tanto na gestão das atividades escolares (conteúdos dos programas, organização pedagógica, formas de avaliação escolar, etc.) como na formação prática nas empresas.

Em certos casos, os jovens prosseguem seus estudos exercendo uma atividade profissional à tempo parcial desde os 15 anos. É o caso de 60 % dos jovens na Dinamarca.

O nível elevado de estudos é muito procurado nesses países e os jovens diplomados com uma formação profissional reconhecida tendem à ter acesso à empregos que correspondem ao nível de estudos e com salários compatíveis; conforme afirmam Jobert, (1995); Beduwé, Espinasse, (1997); Couppié, Mansuy, (2000); Lattard, (2000).

b) O segundo grupo se caracteriza pela forte diferenciação entre os recém-formados e os adultos assalariados. A escolaridade de nível médio obrigatória não apresenta um papel relevante na entrada no mercado de empregos. Os jovens não somente não se beneficiam de condições favoráveis à inserção profissional mas sofrem também discriminação no acesso aos empregos. Os melhores empregos em termos de condições de exercício profissional e de salários são « fechados » aos jovens que ocupam os empregos pouco atrativos. Neste caso o período de transição profissional é mais longo durante o qual o jovem ganha pouco à pouco sua posição no mercado de trabalho. É o caso da Itália onde a taxa de desemprego e da sua duração é uma das mais elevadas da Europa Assim a diminuição da taxa de desemprego, à partir dos 30 anos, explica consideravelmente este modelo. No caso italiano a incidência do diploma nas condições de acesso aos empregos é de pouca amplitude. Somente a experiência profissional, de acordo com Jobert, (1995); Beduwé, Espinasse, (1997) é considerada como forma de aquisição de qualificação e de estabilidade profissional.

c) O terceiro grupo se caracteriza pela entrada precoce dos jovens no mercado de trabalho sucedendo à escolaridade escolar obrigatória de tipo geral. Neste caso, desde a idade de 16 anos a maioria dos jovens prosseguem os estudos nas formações de tipo técnicas ou profissionais, organizadas nas instituições ligadas às profissões específicas. É o caso da Grande Bretanha que tradicionalmente se apoiava na aprendizagem e nas associações profissionais. Este tipo de formação, fortemente valorizado, constituía o modo privilegiado de acesso aos empregos os mais qualificados. Isto lhe garantia um caráter « elitista » em relação ao da Alemanha e outros países já citados. O acesso à aprendizagem sendo seletivo é baseado, ao mesmo tempo, nos resultados escolares e nas relações pessoais das famílias, assim como nas condições locais ou setoriais de empregos. A defasagem entre a oferta estável do número de lugares na formação e a demanda crescente dos jovens para acedê-la, contribui para favorecer este caráter elitista destas formações.

Entretanto, nos anos 80 este sistema desmoronou-se, acompanhando a crise industrial sem precedentes levando à forte taxa de desemprego. Ora, era os empregos industriais que constituíam o principal apoio desse sistema de aprendizagem. Pouco à pouco um novo sistema de treinamento profissional para os jovens foi organizado, baseado na noção de estágio nas empresas, com o objetivo de formar a nova mão de obra aos empregos precisos. A duração da formação é variável (até 2 anos no máximo) combinando formação técnica e prática em centros de formação e estágios nas empresas. Elaborado em termos de aquisição de competências, com objetivos pragmáticos, a formação em alternância tem por finalidade principal formar os jovens em função das exigências profissionais das empresas. Este sistema, constantemente revisto durante os anos 90, é destinado aos jovens de 16 à 21 anos. Perto de 75 % dos jovens nesta faixa etária realizam uma formação deste tipo, mesmo executando um trabalho precário ou parcial (entre 5 à 30 horas semanais). O jovem, nesta tipologia, torna-se um estagiário não usufruindo do estatuto de aprendiz que traduzia valorização social e remunerações mais importantes. Os debutantes conhecem assim as dificuldades de desemprego pois, neste caso, a experiência acumulada tem um papel importante no acesso aos empregos, ao nível de salários e na estabilidade profissional. de acordo com Jobert, (1995); Lefresne, (2000); Bel, Le Doaré, (2000).

d) O último grupo se caracteriza pela grande heterogeneidade de situações. É o caso da Bélgica, da Espanha, da Finlândia, da França e da Suécia. O acesso aos empregos é mais aberto e a mobilidade profissional mais importante que nos grupos anteriores. O nível e o tipo de diploma tem um papel importante mas a experiência profissional pode ser discriminante no recrutamento segundo o tipo de empresas e o setor de atividades. A forte concorrência entre os recém formados, segundo o nível de estudos, leva ao prolongamento do tempo de estudos e à desvalorização social constante dos diplomas de nível inferior. Entretanto, quanto mais o nível do diploma é baixo, mais a valorização da experiência profissional é importante. Isto implica em diferenças sensíveis entre os debutantes e os adultos assalariados. De uma maneira geral, o traço comum entre esses países é a importância dada aos títulos e aos certificados escolares mas também à experiência. Deste fato, o sucesso no acesso aos empregos depende do nível e do tipo de diploma, do tempo de experiência profissional levando assim os recém formados à serem mais vulneráveis ao desemprego, conhecendo também os empregos menos atrativos.

Tais constatações contribuem à uma análise mais nuançada levando em conta a organização social do mercado de trabalho ao qual o jovem terá acesso. As clivagens internas sendo bem nítidas, as condições de acesso aos empregos, de remunerações, de carreiras profissionais, se diferenciam segundo ao tipo de organização do mercado de trabalho (aberto ou fechado, interno ou externo). Vale ainda lembrar que o tipo de organização que caracteriza os diversos mercados de trabalho valorizam de forma diferente os títulos ou certificados escolares. Neste caso, é necessário ainda levar-se em conta a participação dos empregadores na gestão do sistema de formação. Assim as organizações patronais, na Alemanha e no ensino profissional francês, intervêm na escolha dos conteúdos de ensino, na organização pedagógica, na presença de profissionais no ensino, nas formas de avaliação, etc. Esta participação implica numa apreciação do empregador que torna-se importante na valorização ulterior dos diplomas no mercado de empregos.

Por outro lado, as políticas públicas de emprego intervêm nas condições de inserção dos jovens: a criação dos dispositivos para os jovens em situação de desemprego é um dos elementos importantes destas políticas, acompanhando o desenvolvimento de empregos auxiliados pela isenção de impostos sociais, por exemplo. No caso da França, a criação de empregos para jovens em certos setores de atividades tendem a consolidar certos postos ou funções até então inéditos no mercado de trabalho, ligados ao social, ao escolar e à saúde. Diferenciando-se dos dispositivos anteriores, os empregos recém criados visam à « profissionalizar » os jovens através de contratos de trabalho de cinco anos, permitindo aos jovens de adquirir competências e o reconhecimento social de suas capacidades. Este duplo movimento – criação de atividades e reconhecimento de competências – introduz de fato uma nova questão: a de criar uma nova segmentação do mercado de trabalho. Na realidade, segundo Labruyère, (2000); Labruyère, (2000), « empregos jovens » atuais podem se tornar empregos « fechados » ao acesso de jovens que não correspondem à novos tipos de critérios de seleção social e técnica conduzindo assim à novas segregações profissionais.

Conclusões

A organização do sistema de ensino assim como o do sistema de empregos, construída nos últimos trinta anos induz de fato à dificuldades de acesso aos empregos, seja pelo fraco nível de formação seja pela

desvalorização dos títulos ou certificados escolares. A expansão do sistema de ensino nos países europeus, mais ou menos importante segundo as políticas educativas desenvolvidas, conduziu à situação de concorrência, de discriminação de estatuto entre os jovens recém formados e os outros membros da população ativa. A variedade da organização dos mercados de trabalho entre os diversos setores de atividades e tipo de empresas provocou sem dúvidas diferenças na valorização da formação geral ou profissional. A aquisição de experiência profissional exigida para ocupar cargos, postos de trabalho ou funções se diferencia segundo o tipo e o nível de diploma, sendo assim estreitamente relacionada com a origem social e escolar dos jovens. Entretanto, pouca importância foi dada aos efeitos produzidos pela elevação do nível de escolarização generalizada na organização social dos mercados de trabalho. Isso é mais evidente quando se analisa o nível de exigências em termos de capacidades técnicas e sociais para postular um cargo, aspectos esses que não cessaram de se elevar nestas duas últimas décadas. Mas há também que se considerar a importância da entrada de jovens com nível superior em setores ou em empresas que até então pouco valorizavam os diplomas ou títulos escolares. Varias profissões se transformaram pelo novo perfil profissional que apareceu recentemente. É o caso do setor social ou mesmo do ensino primário que conheceu, na Europa, a “universitarização” da formação: até os anos 80 somente o ensino médio era exigido enquanto que atualmente o recrutamento desses profissionais se faz entre aqueles que tem o nível de estudos superior.

Mais profundamente, o tipo de exigência se modifica : a noção de qualificação, que era subjacente às classificações sócio-profissionais e à formulação de perfil profissional procurado pelos empregadores, cedeu lugar à noção de competência. Baseada na idéia de detenção de capacidades sociais e técnicas pelos indivíduo em vista de fazer face às situações de trabalho que se transformam constantemente, a competência é considerada como adquirida pela formação (geral e técnica), certificada pelos diplomas que garantem tais aquisições. Neste caso, os diplomas pelo tipo e pelo nível de estudos que eles atestam tem uma implicação cada vez maior no mercado de trabalho pois deles dependem o reconhecimento social e profissional do assalariado.

No entanto, a expansão da escolaridade média e superior na maioria dos países europeus não permitiu apagar as desigualdades nas tra-

jetórias escolares : ou os sistemas de ensino criaram áreas diferenciadas que conduzem à carreiras profissionais diferentes, ou o tipo de exigências e o modo de avaliação escolar levam à formas desiguais de performance nos estudos. O mercado de trabalho, por sua vez, exige certas condições de acesso que estão diretamente ligadas às políticas públicas de ensino e de emprego. As segmentações internas desse mercado e as condições de entrada dos jovens aparecem assim como devedoras às políticas setoriais e às particularidades das empresas que valorizam diversamente os estudos realizados e exigem um tempo necessário ao jovem - experiência profissional – afim que ele dê provas da capacidade para se integrar nos diversos tipos de mercados de trabalho existentes.

Referências

- BARBIER, J. C. ; Gautier, J. Les politiques de l'emploi en Europe et aux Etats-Unis *les Cahiers du Centre d'études de l'emploi*, n 37, 1998.
- BEDUWÉ, C ; Espinasse, J.M. Diplômes, compétences et marchés du travail en Europe In: INSERTION des jeunes en Europe : théories et résultats, Marseille: CEREQ, 1993 (Documents, 120)
- BEL, M ; BOUDER, A ; LA DOARÉ *La formation des jeunes en Angleterre* Marseille: CEREQ, 1998. (Bref,143)
- COUPPIÉ, T ; Mansuy, M *La place de débutants sur les marchés du travail européens* Marseille CEREQ, 2000 (Bref, 164)
- ESPINASSE, J M ; Giret, J F. Trajectoires d'insertion et modélisation des parcours : quelques remarques. In: *INSERTION* des jeunes en Europe : théories et résultats. Marseille: CEREQ, 1997. (Documents, 120)
- GARONNA, P. ; Ryan, P. Le travail des jeunes, les relations professionnelles et les politiques sociales dans les économies avancées: *Formation Emploi*. Marseille: CEREQ, 1989 (Documents, 25)
- JOBERT, A ; Marry, C ; Tanguy, L. *Education et Travail en Grande-Bretagne, Allemagne et Italie*, Paris, Armand Colin, 1995.
- LABRUYÈRE, C. Professionnalisation : de quoi parlent les chercheurs, que cherchent les acteurs ? *Formation – Emploi*, Marseille, CEREQ, 2000.
- LATTARD, A. Permanence et mutation du système dual. Où va le modèle allemand ? *Revue Française de Pédagogie*, Paris, INRP, n 131 2000.

LEFRESNE, F. La politique d'insertion et de formation professionnelle des jeunes au Royaume-Uni » *Revue Française de Pédagogie*, Paris, n 131, 2000.

MARTINELLI, D ; Vergnies, J. F. Diplômés de l'enseignement supérieur. La reprise de l'emploi ne profite pas à toutes les filières. Marseille, CEREQ, 1999, (*Bref*, 149).

SNEESSENS, H Courbe de Beveridge et demande de qualification. *Economie et Prévisions*, Paris n 113-114, 1994.

ROSE, J. *En quête de l'emploi : formation, chômage, emploi* Paris, Economica, 1984.

VASCONCELLOS, M D. *Le poids de la formation dans la transformation des emplois* Texte d'Habilitation Doctorale. Paris, Sorbonne, 1994.

VASCONCELLOS, M D. Les lycées : évolutions et réformes, *Cahiers français*, n. 285, 1998.

VASCONCELLOS, M D. *Le système éducatif*, 3 ed. Paris: [s.n.], 2001. (Collection Repère, La Découverte).

WERQUIN, P ; Breen, R ; Planas, J. *Insertion des jeunes en Europe : théories et résultats*. Marseille, CEREQ, 1997. (Documents n. 120)

Abstract:

Since the last twenty years, young's school-to-work transition appears to be, in Europe, one of the most important social problems at the heart of political debates. The different countries are setting up measures to facilitate the employment access on the labor market for young people coming from the educational system. In most researches done in this field, emphasis is placed on comparison with characteristics of the chosen education (in term of level, diploma or specialty) to explain school-to-work transition. However, attention is not enough focused on the different types of organization of the labor market for young people. The labor market segmentations are accentuated according to the fields of work as they show various forms towards young people employment, valorization of school degrees, professional certifications or attainment of competencies.

Keywords:

school-to-work transition, education and employment, European comparisons,

Résumé:

L'insertion professionnelle des jeunes en Europe apparaît, depuis une vingtaine d'années, comme l'un des problèmes sociaux qui est au cœur des débats politiques. Les divers pays mettent en place de mesures visant à faciliter l'accès des jeunes au marché du travail. Dans la plupart des travaux réalisés à ce sujet, l'accent est mis sur le rôle des caractéristiques de la formation suivie (niveau, diplôme, spécialité) pour expliquer la transition professionnelle. Peu d'importance est accordée aux différents types d'organisation des marchés de travail des jeunes. Les segmentations du marché du travail s'accroissent, selon les secteurs d'activités, puisque ceux-ci présentent des configurations particulières à l'égard de l'emploi des jeunes, de valorisation des diplômes scolaires, des certifications professionnelles ou d'acquisition de compétences.

Mots-clés :

insertion professionnelle, relations formation et emploi, comparaisons européennes.

Maria Drosille Vasconcellos
Université Charles-de-Gaulle, Lille 3
UFR Sciences de L'Éducation – Sociologie
de L'Éducation
Domaine Universitaire du Pont de Bois BP149
59653 Villeneuve D'Ascq France
Vasconcellos@wanadoo.fr

Recebido em:06/12/2000
Aprovado em:09/03/2001